Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Estadual de Diadema "Governador Orestes Quércia" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia

CNPJ n.º 61.699.567/0005-16

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia.** As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2021.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira -** Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

Ativo	2020	2019
Ativo Circulante	**136.111.567,07**	**150.138.370,83**
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	**482.633,83**	**438.603,46**
Bancos conta movimento (nota 3.1)	1.586,06	3.285,05
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	481.047,77	435.318,41
Contas a Receber (nota 3.3)	**133.493.566,80**	**147.322.480,74**
Secretaria Saúde do Est. S. Paulo - HED (nota 3.3.1)	124.173.000,00	124.020.000,00
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	9.320.566,80	23.302.480,74
Outros Créditos (nota 3.4)	**794.193,67**	**852.594,46**
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	234.595,13	183.604,77
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	30.213,96	25.811,13
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	348.517,75	447.106,48
Outros créditos e adiantamentos	2.301,02	2.351,20
Depósito Judicial (nota 3.4.4)	178.565,81	193.720,88
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	**7.526,36**	**16.790,01**
Prêmios de seguros e outros a vencer(nota 3.5)	7.526,36	16.790,01
Estoques (nota 3.6)	**1.333.646,41**	**1.507.902,16**
Material Utilizado no Setor de Nutrição	116.403,72	136.887,23
Material Utilizado no Setor de Farmácia	614.270,77	637.377,87
Material de Almoxarifado	425.917,29	558.463,08
Empréstimos Materiais de Terceiros (nota 3.6 e 3.6.1)	73.084,42	78.824,17
Operação com Materiais de Terceiros (nota 3.6 e 3.6.1)	103.970,21	96.349,81
Ativo Não Circulante	**1.277.145,57**	**137.522.251,18**
Ativo Realizável a Longo Prazo (nota 3.7)	-	108.450.000,00
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)	-	108.450.000,00
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	-	27.160.094,02
Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros Hosp. Est Diadema (nota 3.9)	921.579,51	1.543.344,06
Imobilizado - Bens de Terceiros	28.570.232,37	27.338.370,52
Ajuste Vida útil Econômica - Bens moveis - (nota 3.9 e 3.9.1)	(27.648.652,86)	(25.795.026,46)
Ativo Intangível - (nota 3.9 e 3.9.1)	355.566,06	368.813,10
Intangível de Terceiros	428.735,18	428.735,18
Ajuste Vida útil Econômica - Intangível Tercs - (nota 3.9 e 3.9.1)	(73.169,12)	(59.922,08)
Total do Ativo	**137.388.712,64**	**287.660.622,01**

Passivo	2020	2019
Passivo Circulante	**149.223.208,06**	**149.256.706,14**
Fornecedores (nota 3.10)	5.422.117,37	2.641.167,70
Serviços de Terceiros P.Jurídica (nota 3.11)	3.122.710,98	2.109.507,41
Serviços de Terceiros P.Física (nota 3.11)	180.553,70	175.490,98
Salários a pagar (nota 3.12)	4.281.310,53	4.236.453,31
Contribuições a recolher (nota 3.13)	8.900.870,08	8.145.830,96
Provisão de férias (notas 3.14)	7.289.500,90	6.594.312,17
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.14)	582.708,45	527.168,89
Provisão PIS sobre Férias (3.14)	72.895,35	65.943,17
Impostos a recolher (nota 3.15)	1.726.076,80	1.650.921,58
Obrigações Tributárias (nota 3.16)	228.498,26	208.124,58
Processos Trabalhistas a pagar (nota 3.17)	7.162,38	3.000,00
Outras contas a pagar (nota 3.18)	102.610,20	226.000,11
Recebimento de Materiais de terceiros (nota 3.9.2)	28.518,32	26.089,60
Obrigações c/ Materiais de Terceiros (nota 3.6.1)	103.970,21	96.349,81
Estrutura SPDM	71.489,86	52.403,44
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.19)	117.102.215,07	122.497.942,43
Passivo Não Circulante	**2.147.418,52**	**138.403.915,87**
Provisão de Despesa Proc. Cíveis (notas 3.20 e 3.20.1)	713.240,98	713.240,98
Provisão de Despesa Proc. Trabalhista (notas 3.20 e 3.20.1)	157.031,97	168.423,71
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 3.9)	28.998.967,55	27.767.105,70
Ajustes vida útil econômica - Bens de Terceiros (nota 3.9.1)	(27.721.821,98)	(25.854.948,54)
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	-	27.160.094,02
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.19)	-	108.450.000,00
Total do Passivo	**151.370.626,58**	**287.660,622,01**
Resultados Acumulados dos Exercícios Anteriores e do Período (nota 5)	(13.981.913,94)	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**137.388.712,64**	**287.660.622,01**

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Receitas	2020	2019
Receita Bruta de Serv Prest com Restrições	**158.289.257,84**	**149.061.121,09**
SES SP - Hospital Estadual Diadema (nota 4.1)	132.625.639,63	124.947.801,22
Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (nota 9.1)	20.450.536,42	19.173.219,51
Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros (nota 9.2)	450.301,28	497.270,76
Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	3.978.769,19	3.748.434,03
Trabalhos Voluntários Estatutários (nota 10)	1.918,09	2.154,93
Outros Trabalhos Voluntários (nota 10)	1.820,39	6.142,70
Estrutura SPDM	780.272,84	686.097,94
(=) Receita Líquida de Serv Prest com Restrições	**158.289.257,84**	**149.061.121,09**
(+) Outras Receitas	**330.832,26**	**387.946,81**
Descontos Recebidos	-	191,07
Doações recebidas (nota 4.3)	132.407,19	0,75
Outras Receitas	198.425,07	387.754,99
(=) Total das Receitas	**158.620.090,10**	**149.449.067,90**
Despesas		
(-) Custos Operacionais - (nota 4.2)	**(127.185.422,38)**	**(120.306.795,18)**
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(76.541.213,42)	(70.942.765,94)
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	(13.391.203,17)	(15.013.335,28)
(-) Serviços - Terceiros P. Física	(2.251.506,35)	(2.486.353,29)
(-) Mercadorias	(15.993.913,35)	(14.000.057,76)
(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (nota 9.1)	(18.557.284,81)	(17.367.012,15)
(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros (nota 9.2)	(450.301,28)	(497.270,76)
(-) Outros Custos	**-**	**-**
(-) Despesas Operacionais- (Nota 4.2)	**(31.434.667,72)**	**(29.142.272,72)**
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(8.789.598,93)	(8.582.991,92)
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	(13.335.330,43)	(11.902.826,27)
(-) Mercadoria	(1.596.182,35)	(1.478.614,55)
(-) Tributos	(4.169,62)	(9.847,29)
(-) Despesas Financeiras	(29.244,47)	(38.999,95)
(-)Despesas Bens Permanentes Terceiros	(1.023.924,36)	(879.728,69)
(-)Trabalhos Voluntários Estatutários (nota 10)	(1.918,09)	(2.154,93)
(-)Outros Trabalhos Voluntários (nota 10)	(1.820,39)	(6.142,70)
(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (nota 9.1)	(1.893.251,61)	(1.806.207,36)
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	(3.978.769,19)	(3.748.434,03)
(-) Outras despesas operacionais	(780.458,28)	(686.325,03)
(=) Apuração do Resultado do Período (ARE) (nota 6)	**-**	**-**
Apuração Resultado do Período	-	-

Comparativo das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios encerrados em 31 de dezembro

Descrição	Nota	Patrimônio social	Avaliação	Reavaliação	Transferências Recebidas /Enviadas	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit Acumulado	Superávit/ Déficit	Total
Saldo 31/12/2018	**(5)**	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/ (Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2019	**(5)**	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5)	-	-	-	(13.981.913,94)	-	-	-	(13.981.913,94)
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2020	**(5)**	-	-	-	(13.981.913,94)	-	-	-	(13.981.913,94)

Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a norma (ITG 2002 R1 - Entidades sem Finalidade de Lucros) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	31.12.2020-R$	31.12.2019-R$
Saldos em Caixa	-	-
Saldos em Bancos	1.586,06	3.285,05
Aplicações Financeiras	481.047,77	435.318,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	**482.633,83**	**438.603,46**

Os recursos disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2020 o montante de R$ 482.633,83 (quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos) conforme quadro acima. **3.2-Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição, uma vez que os valores encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão, cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação**	Taxa %	31/12/2020
Banco do Brasil	CDB DI SWAP	97%	481.047,77
Total			**481.047,77**

* A instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1)- Entidade sem finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1-Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2020 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R$ 124.173.000,00 (cento e vinte e quatro milhões, cento e setenta e três mil reais). **3.3.2 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da norma NBC - ITG 2002-R1 Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R$13.981.913,94 (treze milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e treze reais e noventa e quatro centavos), na conta 2.3.2.1.002 - Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerenciada reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31.12.2012. Os valores constantes nesta conta representam o resultado da execução dos contratos/convênios no período de 2013 a 2016 que representou um déficit operacional que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de material e medicamentos pagos antecipadamente, estes serão devolvidos ou baixados com aquisições de insumos em período subsequente, o saldo registrado em 31/12/2020 representa R$ 234.595,13 (duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e treze centavos). **3.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), em seus artigos: Art.145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. O saldo registrado em 31.12.2020 representa R$ 348.517,75 (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos). **3.4.4 - Deposito Judicial:** Os valores *continua*

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Superávit /Déficit do exercício/período		
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	(13.981.913,94)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	13.828.913,94	26.417.349,61
(Aumento) Redução outros créditos	135.668.494,81	96.851.593,54
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	9.263,65	(208,99)
(Aumento) Redução em estoques	184.304,87	(184.995,76)
Aumento (Redução) em fornecedores	3.794.153,24	591.144,76
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(141.005.821,38)	(98.066.161,63)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.546.635,18	(25.313.262,11)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(635.011,59)	(862.056,00)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**(590.981,22)**	**(566.596,58)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	635.011,59	862.056,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	**635.011,59**	**862.056,00**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**44.030,37**	**295.459,42**
No início do período	**438.603,46**	**143.144,04**
No final do período	**482.633,83**	**438.603,46**

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2020	2019
1 - Receitas	**158.620.090,10**	**149.448.876,83**
1.1) Prestação de serviços	133.409.650,95	125.642.196,79
1.2) Outras Receitas	330.832,26	387.755,74
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	24.879.606,89	23.418.924,30
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	**46.746.448,73**	**44.648.664,53**
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	15.993.913,35	14.000.057.76
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	28.919.186,60	29.044.095,87
2.3) Perda/recuperação de valores ativos	1.023.924,36	879.728,69
2.4) Outros	809.424,42	724.782,21
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**111.873.641,37**	**104.800.212,30**
4 - Retenções	**-**	**-**
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	**111.873.641,37**	**104.800.212,30**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**-**	**191,07**
6.1) Receitas financeiras	-	191,07
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	**111.873.641,37**	**104.800.403,37**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**111.873.641,37**	**104.800.403,37**
8.1) Pessoal e encargos	85.334.550,83	79.534.055,49
8.2) Impostos, taxas e contribuições	4.169,62	9.847,29
8.3) Juros	278,33	542,77
8.4) Aluguéis	1.655.035,70	1.837.033,52
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	24.879.606,89	23.418.924,30
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2.020 e 2.019

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia, de agora em diante, denominado HED, foi Inaugurado em 26 de outubro de 2000, o HED é referência de saúde para cerca de 2,7 milhões de pessoas da Região do ABCD, que compreende sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina visa à agilidade dos processos administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em 24/08/2000, a SPDM e o Estado de São Paulo, por intermédio da SES firmaram o primeiro contrato de gestão, Processo nº 001/0001/000.362/2000, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução pela Contratada, das atividades de serviços de saúde no HED, em conformidade com os anexos técnicos que integram este instrumento: a) Anexo técnico I - descrição dos serviços; b) Anexo técnico II - Sistemas de pagamentos; Anexo c) - Indicadores de qualidade. A partir da Resolução SS nº 66, de 11.08.2016 foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a Secretaria da Saúde, para gerenciar o HED, Processo Nº 001.0500.000.037/2016, assinado em 20.12.2016 com vigência de 05 (cinco) anos, com o início em 01/01/2017 e término em 31/12/2021, com valor global estimado de R$ 581.175.000,00 (quinhentos e oitenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil reais). Em 2020, o HED recebeu recursos distribuídos da seguinte maneira: R$ 127.740.600,00 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e quarenta mil e seiscentos reais), referente ao Contrato nº.001.0500.000.037/2016 relativo ao custeio do hospital. O HED possui 266 leitos, divididos em UTI (Unidade de terapia intensiva) adulto, UTI Pediátrica, UTI neonatal, clínicas médicas, pediátrica, cirúrgica, obstétrica, berçário e psiquiatria para dependentes químicos. Há um ambulatório de especialidades, posto de coleta e agência transfusional, centro de diagnósticos, pronto-atendimento, reabilitação, centro cirúrgico e centro obstétrico. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea" C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, à NBC TG de 21 de novembro de 2019 dá nova redação a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TG 26 (R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - NBC T 2.1:** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia -** Rua José Bonifácio, nº 1.641 - Serraria. - Diadema - SP CEP 09980-150 - CNPJ n.º 61.699.567/0005-16. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações.

continuação mantidos em deposito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2020, R$ 178.565,81 (cento e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos). **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R$ 1.333.646,41, (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Descrição	Valores em Reais	
	31.12.2020	31.12.2019
Materiais utilizados no setor de Nutrição	116.403,72	136.887,23
Materiais utilizados no setor de Farmácia	614.270,77	637.377,87
Materiais de Almoxarifado	425.917,29	558.463,08
Materiais de Terceiros	73.084,42	78.824,17
Materiais Consignados	103.970,21	96.349,81
Total	**1.333.646,41**	**1.507.902,16**

3.6.1. Materiais de Terceiros e Consignados: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantém em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R$ 103.970,21 (cento e três mil, novecentos e setenta reais e vinte e um centavos) e materiais de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R$ 73.084,42 (setenta e três mil, oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), que integram o estoque da instituição. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2020 o montante de R$ 177.054,63 (cento e setenta e sete mil, cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos), os quais o HED contabiliza em contas especificas de ativo e passivo. **3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2019 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R$ 108.450.000,00 (cento e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais). Em 2020 o saldo da conta foi transferido para conta de curto prazo devido ao término do contrato que ocorrerá em 30/11.2021. **3.8 - Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral por parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R$0,00	R$ 8.411.995,34
Multa 50% FGTS	R$0,00	R$ 18.748.098,68
Total	**R$0,00**	**R$ 27.160.094,02**

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº 001.0500.000.037/2016 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.9 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado da SPDM - HED é composto por bens de terceiros, os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais o HED solicitou o termo de permissão de uso a SES. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2020.

Descrição	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2019
Imobilizado -Bens de Terceiros	**28.998.967,55**	**1.231.861,85**	**-**	**27.767.105,70**
Bens Móveis	**28.998.967,55**	**1.231.861,85**	**-**	**27.767.105,70**
Apar Equip Utens Med Odont Lab	20.008.013,77	458.006,90	-	19.550.006,87
Equip Proteção/Segurança/Socor	27.588,00	-	-	27.588,00
Equip Processamento de Dados	2.181.979,74	244.276,22	-	1.937.703,52
Mobiliario em Geral	2.910.025,87	417.074,00	-	2.492.951,87
Maq Utens e Equip Diversos	1.999.322,51	37.583,75	-	1.961.738,76
Veículos de Tração Mecânica	212.408,30	-	-	212.408,30
Aparelhos de Medição	110.111,42	-	-	110.111,42
Apar e Equip Comunicação	38.732,10	-	-	38.732,10
Apar e Utens Domésticos	325.594,40	18.238,49	-	307.355,91
Maq e Equip de Natureza Indl	538.977,13	-	-	538.977,13
Maquinas e Equip Energéticos	52.500,00	-	-	52.500,00
Maquinas e Equip Gráficos	19.355,00	-	-	19.355,00
Equip p/Áudio Vídeo e Foto	118.145,66	53.254,50	-	64.891,16
Maquinas e Utens de Escritório	8.621,40	-	-	8.621,40
Maq Ferram e Utens de Oficina	18.857,07	3.427,99	-	15.429,08
Softwares	428.735,18	-	-	428.735,18
Total Imobilizado - Terceiros	**28.998.967,55**	**1.231.861,85**	**-**	**27.767.105,70**

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2020

Descrição	Posição em 31/12/2020	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2019	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	**(27.721.821,98)**	**-**	**(1.866.873,44)**	**(25.854.948,54)**	%
Bens Móveis	(27.721.821,98)	-	(1.866.873,44)	(25.854.948,54)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(20.630.234,05)	-	(1.464.407,37)	(19.165.826,68)	10,00
Equip Proteção/Segurança/Socor	(27.044,10)	-	(176,40)	(26.867,70)	10,00
Equip Processamento de Dados	(1.849.067,52)	-	(121.252,47)	(1.727.815,05)	20,00
Mobiliário em Geral	(2.254.175,74)	-	(156.726,93)	(2.097.448,81)	10,00
Maq Utens e Equip Diversos	(1.550.710,42)	-	(75.974,88)	(1.474.735,54)	10,00
Veículos de Tração Mecânica	(212.408,30)	-	-	(212.408,30)	20,00
Aparelhos de Medição	(102.258,67)	-	(912,48)	(101.346,19)	10,00
Apar e Equip Comunicação	(31.027,78)	-	(3.393,24)	(27.634,54)	10,00
Apar e Utens Domésticos	(298.144,08)	-	(24.244,42)	(273.899,66)	10,00
Maq e Equip de Natureza Indl	(533.580,69)	-	(1.401,72)	(532.178,97)	10,00
Maquinas e Equip Energéticos	(52.500,00)	-	-	(52.500,00)	10,00
Maquinas e Equip Gráficos	(19.355,00)	-	-	(19.355,00)	10,00
Equip p/Audio Vídeo e Foto	(63.597,94)	-	(4.274,56)	(59.323,38)	10,00
Maquinas e Utens de Escritório	(8.294,52)	-	(36,96)	(8.257,56)	10,00
Maq Ferram e Utens de Oficina	(16.254,05)	-	(824,97)	(15.429,08)	10,00
Softwares	(73.169,12)	-	(13.247,04)	(59.922,08)	10,00
Total do Ajuste Acumulado	**(27.721.821,98)**	**-**	**(1.866.873,44)**	**(25.854.948,54)**	

O total das aquisições adquiridas com recursos do contrato de gestão em 2020 de bens móveis e intangíveis totalizaram R$ 1.231.861,85 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos), dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde o Termo de Permissão de Uso dos Bens Moveis, Equipamentos médico-hospitalares, softwares e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.9.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em notas explicativas (3.9 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9.2 - Materiais de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2020 esses valores totalizaram R$ 28.518,32 (vinte e oito mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e dois centavos). **3.10 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.11 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: assessoria técnica e jurídica, anestesia, ginecologia/obstetrícia, UTI Infantil, remoção de pacientes, limpeza, lavanderia e portaria. **3.12 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.13 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. O HED adquiriu o direito de suspensão do recolhimento do PIS por decisão do PROCESSO 0000305-43.2006.403.6114, que concedeu Liminar favorável ao HED. Até que o processo julgado ou encerrado a instituição manteve o provisionamento a fim de garantir o passivo trabalhista a ser pago futuramente em decisão contrária a liminar concedida. **3.14 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.16 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2020 totalizou R$ 228.498,26 (duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos) e, em 2019 R$208.124,58 (duzentos e oito mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos). **3.17 - Processos Trabalhistas a Pagar:** Os valores evidenciados nesta conta são obrigações decorrentes de processos em que a entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares a rescisão contratual, onde se entende que não cabem mais recursos judiciais. **3.18 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.19 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002(R1) - Entidade sem finalidade de Lucros, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2020 representa R$ 117.102.215,07 (cento e dezessete milhões, cento e dois mil, duzentos e quinze reais e sete centavos). **3.20 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20-1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) -Provisões, passivos contingentes e Ativos contingentes. As ações cíveis têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2020 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R$ 187.459.790,24 (cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos), e, com a possibilidade de perda tida como "remota" o valor apurado foi de R$70.000,00 (setenta mil reais). Ainda no exercício de 2020, a Unidade Gerenciada acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R$ 1.427.777,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e sete reais)

SPDM - HED					
Contingências Passivas					
Trabalhista			Cível		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
157.031,97	1.427.777,00	-	713.240,98	187.459.790,24	70.000,00

3.20-2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio da Prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão promulgada em julgado para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2020, com relação às execuções cíveis, cuja probabilidade de perda era tida como provável, o montante foi de R$ 65.292,00 (sessenta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais), e para as ações cuja probabilidade era tida como possível, o montante chegou a R$ 46.690,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e noventa reais). Em 2020, com relação às execuções tributárias, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável". Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R$ 805.535,39 (oitocentos e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos).

SPDM - HED			
Contingências Ativas			
Tributária		Cível	
Provável	Possível	Provável	Possível
0,00	805.535,39	65.292,00	46.690,00

3.21 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade do Hospital Estadual de Diadema, de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para o PIS. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimentos das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07(R2) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R$ 84.795,21 (oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2020 a Instituição recebeu em doações de medicamentos e materiais um total de R$132.407,19 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e sete reais e dezenove centavos), sendo deste valor R$88.733,25 (oitenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) materiais utilizados no combate a Covid-19. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ - 61.699.567/0005-16

Contrato de Gestão	Natureza do Recurso	R$
001.0500.000.037/2016 - T.R. 01/2019 - Hosp. Estadual.de Diadema Gov. Orestes Quércia	Repasse Custeio	R$ 127.740.600,00
Total Recebido em 2020		**R$ 127.740.600,00**

5- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções NBC TG 07 (R02) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Subvenção e Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero''. Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio líquido o montante de R$13.981.913,94 (treze milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e treze reais e noventa e quatro centavos), na conta 2.3.2.1.002 - Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerenciada reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31/12/2012. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R$ 127.893.600,00 (cento e vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e três mil e seiscentos reais); acrescidos de Outras Receitas no valor de R$415.627,47 (quatrocentos e quinze mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R$ 133.736.744,73 (cento e trinta e três milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R$ 5.427.517,26 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos). **6.1 - Nota de Ênfase do Resultado:** O HED fechou o ano de 2020 com um resultado deficitário de 4,35%, no valor de R$5.427.517,26 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos). Este resultado se deu principalmente aos altos custos dos valores dos insumos envolvidos no Tratamento da Covid-19, em decorrência da Pandemia iniciada em março de 2020. Os materiais, medicamentos e EPIS sofreram alteração significativa de preços, além da escassez destes insumos. Podemos citar como exemplo os equipamentos de proteção individual que em 2019 tivemos um custo anual de R$43.773,06 (quarenta e três mil, setecentos e setenta e três reais e seis centavos. Em 2020 o desembolso com EPIs foi de R$434.391,28 (quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), uma variação de 992,40 %. Os Materiais de enfermagem e medicamentos em 2019 tiveram um consumo de R$7.007.883,72 (sete milhões e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), enquanto que em 2020 o valor foi de R$9.229.261,26 (nove milhões duzentos e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos), uma variação de 31,69 %, um aumento na ordem de R$ 2.221.377,00 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, trezentos e setenta e sete reais) comparado ao mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, a Unidade não recebeu nenhum aporte financeiro para cobrir essas despesas e o HED tem envidado todos os esforços a fim de recuperar seu equilíbrio financeiro. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** continua

continuação Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Art.36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ele vinculados. O HED apresentou em 2020, a seguinte produção:

Produção - 2020

Linha de Atendimento	SUS	Particular
Internações	11.526	-
Saída Hospitalar	11.655	-
Nº de paciente dia	n/a	-
Nº de cirurgias	4.032	-
Nº de partos	2.334	-
Diárias de UTI - Total	10.387	-
Pronto Atendimento	**27.233**	-
Consulta / atendimento de urgência	27.233	-
Atendimento Ambulatorial - Total	**67.323**	-
Consulta Médica	49.880	-
Atendimento Não Médico	15.438	-
HD/ Cirurgia Ambulatorial	2.005	-
SADT Externo- Total	529.008	-

8 - Relatório de Execução Contrato de Gestão: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia apresentou no ano de 2020, os seguintes dados contratado e realizado mediante contrato de gestão:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020

	1º Semestre		2º Semestre		Total	
Linha de Contratação	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**	**Contratado**	**Realizado**
Internações						
Saída Hospitalar - Total	**5.556**	**4.928**	**5.556**	**5.311**	**11.112**	**10.239**
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	3.540	3.383	3.540	3.497	7.080	6.880
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.016	1.545	2.016	1.814	4.032	3.359
HD/CIR. Ambulatorial - Total	1.452	868	1.452	1.307	2.904	2.175
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	11.448	12.241	11.448	11.742	22.896	23.983
Atendimento Ambulatorial - Total	**43.962**	**30.975**	**43.962**	**42.084**	**87.924**	**73.059**
Consulta médica - Total	34.050	23.437	34.050	30.413	68.100	53.850
Atendimento não médico - Total	9.912	7.538	9.912	11.671	19.824	19.209
SADT Externo - Total	**8.268**	**7.900**	**8.268**	**8.945**	**16.536**	**16.845**

SPDM - Hospital Estadual de Diadema

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020

Receitas	**Custeio**	**Investimento**
Repasses do Contrato / Convênio	127.740.600,00	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	379.973,17	-
Total das Receitas	128.120.573,17	-
Despesas	**Custeio**	**Investimento**
Despesas com Pessoal	(86.023.589,51)	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	(41.141.249,85)	(911.703,44)
Total das Despesas	**(127.164.839,36)**	**(911.703,44)**

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de janeiro de 2018, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizaram R$ 24.879.606,89 (vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e seis reais e oitenta e nove centavos). Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R$ 20.450.536,42 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos). Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R$ 19.173.219,51 (dezenove milhões, cento e setenta e três mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos). **9.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por serviços de terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2020 atingiu um montante de R$ 450.301,28 (quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e um reais e vinte e oito centavos). Em 2019 R$ 497.270,76 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta reais e setenta e seis centavos). **9-3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R$ 3.978.769,19 (três milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R$ 3.748.434,03 (três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e três centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas, encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou o montante de R$ 1.918,09 (Um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos) e os outros trabalhos voluntários totalizaram R$ 1.820,39 (Um mil, oitocentos e vinte reais e trinta e nove centavos). Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R$ 2.154,93 (Dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R$ 6.142,70 (seis mil, cento e quarenta e dois reais e setenta centavos). **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM **Dr. Mário Hideo Kono -** Diretor Técnico **Fernanda Lisboa de Oliveira Flávio -** Contadora - CRC 1SP 316632/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quercia)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificaçãodigital
SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO